

**A IRRISÓRIA REPRESENTAÇÃO FEMININA NO PRÊMIO NOBEL E
NAS ACADEMIAS CIENTÍFICAS BRASILEIRAS****THE IRRISORY REPRESENTATION OF FEMALE ON NOBEL PRIZE
AND ON BRAZILIAN SCIENTIFIC ACADEMIES****LA IRRISORIA REPRESENTACIÓN FEMENINA EN EL PREMIO
NOBEL Y EN LAS ACADEMIAS CIENTÍFICAS BRASILEÑAS**

Marcel de Almeida FREITAS¹
Alda Betsaida Martins TEIXEIRA²

RESUMO: O texto trata da quase ausência de mulheres nas principais academias científicas do Brasil e entre os vencedores do Prêmio Nobel e como tal fato ajuda a desestimular que alunas ingressem nas carreiras científicas, já que, inconscientemente, essas instituições passam a ideia de que a ciência é masculina, processo sociocultural que se autoalimenta. A partir da Teoria do Reconhecimento e de um breve histórico sobre as primeiras mulheres que entraram na ANM e na ABC (respectivamente, Academia Nacional de Medicina e Academia Brasileira de Ciências), aqui se argumenta que a maior inserção de mulheres nessas instituições assim como maior divulgação da vida e obra de mulheres cientistas encorajaria que mais estudantes do sexo feminino se interessassem pelas carreiras acadêmicas.

Palavras-chave: Mulheres Cientistas. Teoria do Reconhecimento. Academias de Ciência. Prêmio Nobel.

ABSTRACT: The text deals about the almost absence of women in the principal scientific academies of Brazil and between the Nobel winners and how this fact supports to discourage that female students to join the academic career, whereas, unconsciously, these institutions diffuse the idea that the science is masculine, social and cultural process in self feedback. From the Recognition Theory and from a brief historic about the earliest women that came in the ANM and in the ABC (Academia Nacional de Medicina and Academia Brasileira de Ciências, respectively), here is argued that more inclusion of women in these institutions as well as a wider dissemination of life and work of women scientists would encourage more female students to become interested for academic careers.

Keywords: Women in Science. Recognition Theory. Academies of Science. Nobel Prize

RESUMEN: El artículo trata de la casi inexistencia de mujeres en las principales academias científicas de Brasil y entre los vencedores del premio Nobel, y de cómo éste fenómeno favorece el desinterés de estudiantes del sexo femenino a ingresar en las carreras académicas, pues, inconscientemente, esas instituciones transmiten la idea de que la ciencia es masculina, proceso sociocultural que se autoalimenta. Desde la Teoría del Reconocimiento y desde un breve histórico sobre las primeras mujeres que entraron en la ANM y en la ABC (respectivamente, Academia Nacional de Medicina y Academia Brasileira de Ciências), aquí se argumenta que una más fuerte

¹ Sociólogo, Doutor em Educação. FaE/UFMG. e-mail: marcel.fae.ufmg@gmail.com.

² Professora Associada. FaE/UFMG. e-mail: adlaufmg@gmail.com.

inclusión de mujeres en esas instituciones así como una más amplia divulgación acerca de la vida y del trabajo de mujeres científicas podría incentivar a estudiantes del sexo femenino a interesarse por carreras académicas.

Palavras chave: Mujeres científicas. Teoría del Reconocimiento. Academias de Ciencias. Prémio Nobel.

Introdução

Ao longo da história do Ocidente o sexo feminino em geral permaneceu alijado do livre pensamento e as mulheres que ousaram transgredir este preconceito, via de regra, eram condenadas à morte, ao isolamento ou à loucura. Aristóteles, ícone do saber ocidental, afirmava na Grécia Antiga: “o macho é, por natureza, superior e a fêmea inferior”. Durante a inquisição medieval, chamadas de feiticeiras, as mulheres insubmissas eram excluídas da sociedade e, em inúmeros casos, queimadas vivas. Ao contrário, os homens que levavam a cabo os primeiros passos da ciência tal qual se conhece hoje eram vistos como sábios, enquanto que a curiosidade e inteligência na mulher eram vistos como atributos demoníacos.

Sob o Iluminismo, a Revolução Francesa não cogitava que seus ideais, *égalité*, *fraternité*, *liberté*, também devessem ser estendidos ao sexo feminino. No século XIX, o psicólogo positivista Gustave Le Bon afirmou que “nas raças mais inteligentes, como é o caso dos parisienses, existe um grande número de mulheres cujo cérebro se aproxima mais em tamanho ao dos gorilas que ao dos homens”. Para a maioria dos pensadores da época tal inferioridade era óbvia e incontestável, e ele continuava: “sem dúvida existem algumas mulheres que se destacam [...], mas são tão excepcionais quanto o aparecimento de qualquer monstruosidade” (CHARYTON et al, 2011, p. 95).

Atualmente a situação se alterou bastante. Mulheres não enfrentam mais barreiras legais no acesso à educação, mas isso não significa que não existam impedimentos na inclusão feminina na educação, especialmente no nível superior. No campo científico ainda vigora a visão de que as ciências exatas são de domínio masculino e há toda uma hierarquia simbólica e burocrática não oficial nas relações de poder de gênero dentro dessas áreas. De fato, apesar da grande porcentagem de mulheres no ensino superior, poucas delas estão nas engenharias, na Física e na Matemática, por exemplo. Assim, as intelectuais que ingressam nessas áreas são

sujeitadas a visões estereotipadas do que é o profissional da ciência (MELO e OLIVEIRA, 2006).

Diante disso, neste texto discorre-se sobre o inexpressivo número de mulheres membros das academias científicas no Brasil, desde a fundação dessas primeiras instituições, e sobre alguns aspectos da Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth pertinente à temática (SAAVEDRA e SOBOTTKA, 2008); ademais, são trazidos números referentes à participação feminina no prêmio Nobel que apontam que tal fenômeno de segregação não se restringe ao Brasil e finaliza advogando que este processo é autoalimentativo, ou seja, a irrisória visibilidade feminina nas ciências acaba por contribuir para que as estudantes, seja na graduação, seja ainda no Ensino Médio, inconscientemente não se sintam atraídas pelas ciências que, veladamente, passam a imagem de ser um universo masculino.

Mulheres nas academias de ciências

Melo e Casemiro (2003) apresentam sua contribuição para essa temática fazendo a análise da participação de mulheres em duas importantes academias científicas nacionais no início dos anos 2000: a Academia Brasileira de Ciência e a Academia Nacional de Medicina. As autoras salientam que o maior acesso à educação não necessariamente significa maiores salários e acesso aos postos de poder para o sexo feminino. Pelo contrário, apesar de as mulheres chegarem em maior número ao ensino superior, elas ainda recebem menos pelas mesmas funções, têm que lidar com uma jornada dupla de trabalho e não estão suficientemente presentes nos sistemas políticos e sociais de poder científicos.

No entendimento desse problema, as pesquisadoras utilizam o conceito de gênero. Segundo a ótica das relações de gênero, as diferenças entre homens e mulheres não são de origem biológica, mas de caráter histórico, social e cultural, se firmando na desigualdade da distribuição de poder entre ambos. Assim, entende-se porque as mulheres, em geral, estão ausentes das esferas de tomada de decisão que interferem na dinâmica social. Tais padrões, num movimento de perpetuação do modelo patriarcal, reafirmam sistemas históricos que determinam papéis assimétricos entre os sexos. Portanto, “gênero não é o mesmo que sexo. Sexo refere-se a uma condição biológica, diferente de se comportar de acordo com um modelo restrito de masculinidade ou de feminilidade” (TEIXEIRA, 2010, p. 85).

O mundo científico e tecnológico não é uma exceção a essa lógica generificada. A educação só atingiu um caráter universal no século XX, até então as mulheres eram analfabetas em sua maioria e estavam restritas ao ambiente doméstico. A ciência, por sua vez, alcançou progressos impressionantes nos últimos duzentos anos, mas esses avanços sempre foram associados a conquistas masculinas. É sob o peso desse argumento que Melo e Casemiro (2003) analisam as trajetórias dessas duas academias científicas e estudam a histórica e persistente ausência de mulheres em sua composição.

É indiscutível que a crescente inclusão de mulheres no mercado de trabalho foi seguida pela ampliação de sua inserção nas instituições de ensino superior. Esperar-se-ia que, com a ampla participação numérica da mulher no ensino superior, essa inclusão se refletisse também nos centros produtores de ciência e de tecnologia no Brasil (MELO e CASEMIRO, 2003). Contudo, apenas a inserção macroestrutural das mulheres não vem se mostrando suficiente para que um maior número delas atinja postos de liderança em pesquisas ou desempenhem poder nas instituições. Para além das questões sociais e culturais, tal sub-representatividade também pode estar vinculada à fraca autoconfiança do sujeito, que começa nos primeiros anos de vida, sendo a base sobre a qual se edificam as relações sociais entre indivíduos adultos, conforme a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth, que

[...] sustenta que o nível de reconhecimento do amor-próprio é o núcleo fundamental de toda a moralidade [...], portanto, este tipo de reconhecimento é responsável não só pelo desenvolvimento do auto-respeito, mas também pela base de autonomia necessária para a participação na vida pública (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008, p. 11).

Desta maneira, sob o ponto de vista das identidades subjetivas, o exíguo número de cientistas mulheres que integram as academias científicas advém de dois fenômenos psicoculturais interconexos: 1- por um lado inconscientemente elas ainda não são vistas, por seus pares masculinos, totalmente como iguais, por mais que os discursos oficiais e institucionais verbalizem o contrário; 2- correlativamente, esses e outros fatores fazem com que, no imaginário feminino, inclusive das cientistas já atuantes, elas rejeitem se inserir em tais associações porque não se reconhecem como legítimas representantes de tais instituições, ou então, em decorrência do modo como foram educadas (menos competitivas, menos 'agressivas') não coadunam com alguns preceitos e valores pertinentes a tais agremiações.

Logo, recuperar a memória e a trajetória dos nomes das mulheres nas ciências brasileiras não só fortalece a identidade feminina, mas também estimula as novas gerações a se guiar por exemplos positivos (MELO; CASEMIRO, 2003). Isso porque, em geral, quando se pronuncia a palavra cientista, a primeira representação imagética que vem à mente das pessoas é de um indivíduo do sexo masculino, idade avançada, branco (europeu ou norte-americano) e com a aparência transloucada (CHASSOT, 2003). Por esse motivo, dirimir a invisibilidade das mulheres que fizeram carreira dentro destes campos é uma forma de combater a discriminação feminina nas ciências. Com esse intuito, a seguir serão apresentados números e nome de algumas mulheres pioneiras em duas destas instituições brasileiras, a Academia Nacional de Medicina e a Academia Brasileira de Ciências.

Academia Nacional de Medicina

A Academia Nacional de Medicina (ANM) foi fundada em 1829, sendo uma das mais antigas instituições científicas do Brasil. Originalmente Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, tinha o objetivo de agenciar o aperfeiçoamento da prática médica no país. Em 1835 a instituição ganha o título de instituição oficial do Império e se torna Academia Imperial de Medicina (PAULINO NETTO et al, 2004). De início funcionou no histórico edifício em estilo neoclássico da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, sendo à época presidida pelo médico-cirurgião Joaquim Cândido Soares de Meirelles. A primeira sessão oficial aconteceu em 1830 com a presença do Imperador D. Pedro I, que compareceria recorrentemente em diversas ocasiões posteriores. Anualmente, desde 1831, publica a revista *Anais da Academia Nacional de Medicina*, o periódico científico mais antigo ainda em atividade no Brasil.

Foi somente com a proclamação da República, em 1889, que a instituição ganhou o título de Academia Nacional de Medicina. Esta, de acordo com o seu estatuto, tem um número fixo de sócios, cem Membros Titulares, e um número não fixo de Membros Eméritos e de Membros Honorários (nacionais e estrangeiros). No período da fundação da Instituição, mulheres não frequentavam faculdades no Brasil. Suas pioneiras só foram aceitas nestes espaços a partir do ano de 1879, sendo as faculdades da Bahia e do Rio de Janeiro as primeiras a admitirem alunas no curso de Medicina (MELO; CASEMIRO, 2003).

A primeira mulher membro da Academia Nacional de Medicina foi a francesa naturalizada brasileira Maria Josephine Mathilde Durocher (1802-1893), parteira licenciada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a primeira mulher a assinar textos científicos na área médica no país. Praticou durante sessenta anos uma ocupação habitualmente atribuída às mulheres, a de parteira. O ofício era visto basicamente como uma extensão das funções que as mulheres já possuíam, como a reprodução e o cuidado com crianças. A Medicina oficial via as parteiras como despreparadas e incapazes, mas estas realizavam a maioria dos partos e ainda eram responsáveis pelos cuidados com a saúde da mulher.

Durocher era encarada como uma praticante excepcional do seu ofício, mas, mesmo assim, sua admissão na ANM foi vista com desconfiança por alguns. Apesar disso, foi nomeada membro adjunto em 1871 e membro titular em 1885. A cientista Marie Curie (1867-1934) foi a segunda mulher a receber o título de membro da Academia Brasileira de Medicina. Em sua visita ao Brasil, em 1926, recebeu também o título na Academia Brasileira de Ciências. A homenagem era um esforço no caminho de promover a ciência no Brasil. A terceira mulher eleita foi a médica e deputada federal paulistana Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982).

Estas três pioneiras só tiveram uma sucessora em 1971, a quarta mulher eleita, Gertrudes Meissner, membro honorário estrangeiro. Depois dela, dez anos se passaram para que a quinta mulher fosse eleita: a médica carioca Maria Brasília Leme Lopes (MELO; CASEMIRO, 2003). Quando as autoras escreveram o texto, a Academia de Medicina contava com quatro médicas: Léa Ferreira Camilo-Coura, Anna Lydia Pinho do Amaral, Anadil Vieira Roselli e Talita Romero Franco. Apenas estas e as cinco já citadas compunham todo o quadro de mulheres membros dessa Academia até o ano de 2003.

Tal constatação confirma que não resolve o problema da discriminação sexual apenas que, numericamente, mais mulheres ingressem nos cursos superiores para que mais alunas se interessem pela ciência, pois, o caso da Medicina é típico: elas estão praticamente *pari passu* com os homens em relação ao alunado de graduação e de bacharéis na área, no entanto, a representatividade das mulheres nesse campo científico ainda está muito aquém e as que se introduzem na área científica têm menores oportunidades de acesso. Talvez uma das explicações para esse fato que se auto perpetua seja o não reconhecimento (tácito, implícito e inconsciente) e, no extremo, o

preconceito e a discriminação da sociedade em relação às mulheres no fazer da ciência, mecanismo psicossocial que é mais bem entendido à luz do Interacionismo Simbólico:

A identidade é atribuída pela sociedade, mas é preciso que o contexto social assegure sua manutenção, à medida que as outras pessoas estejam dispostas a reconhecer o sujeito como aquela pessoa que ele está sendo (aquela identidade). Cada vez que o indivíduo se liga a pessoas que sustentam suas auto-interpretações, ele confirma sua identidade. [...]. É nessa perspectiva que o papel do preconceito precisa ser analisado – uma séria consequência do preconceito é fazer com que o indivíduo se torne aquilo que a imagem preconceituosa afirma que ele é (BARBOSA; BREGUNCI, 1990, p. 56).

Também é interessante destacar que em seus primórdios houve um negro (seria ‘mulato’ no linguajar do senso comum de então) entre seus primeiros presidentes, tendo tido 4 mandados (não sequenciais) entre 1829 e 1848, enquanto que nenhuma mulher foi presidente desta academia até o presente momento. Quanto ao número atual de membros do sexo feminino, 5 (cinco), representa exíguos 5% dos 100 membros titulares e eméritos e são elas: Eliete Bouskela, Lea Ferreira Camilo Coura, Mônica Roberta Gadelha, Patrícia Rieken Macedo Rocco e Talita Romero Franco.

Academia Brasileira de Ciências

A partir dos anos 1990, o Brasil presenciou grande avanço nos seus índices de escolarização, seja pelos fatores de uma vida escolar mais longa ou porque houve mais vagas em universidades; as mulheres se viram no cerne desse progresso de ampliação da escolarização superior. Atualmente elas estão em maior número nas instituições universitárias e disputam com os homens pelos mesmos postos de trabalho. Contudo, o universo escolar e o profissional ainda são distintos para ambos os sexos. Há carreiras vistas como tradicionalmente femininas e há carreiras encaradas como tipicamente masculinas (LOMBARDI, 2016). A composição da Academia Brasileira de Ciências é característica deste fenômeno de caráter cultural e também socioeconômico.

A Academia Brasileira de Ciências (ABC) foi fundada em 1919, também no Rio de Janeiro, com a denominação original de Sociedade Brasileira de Ciências. Recebeu em 1921 o seu recente título e consta em seu estatuto o objetivo de “contribuir para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, da educação e do bem-estar do país” (MELO e CASEMIRO, 2003, p. 123). A composição atual da Academia consta com dez seções (áreas): Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Químicas, Ciências

Biológicas, Ciências Biomédicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências da Engenharia e Ciências Humanas. Os membros permanentes são divididos em três categorias: Titulares, Estrangeiros e Colaboradores. De caráter temporário existe ainda o posto de Membro Institucional, aberto a pessoas jurídicas.

Quando da publicação do trabalho das pesquisadoras (em 2003), dos 571 sócios da ABC apenas 56 eram mulheres (9,8%). Do número geral de membros, 58% deles são membros titulares, o posto com maior reconhecimento dentro da instituição. A participação feminina nesse posto mais alto era de apenas 7,8%. Tal fato constata como ainda é pequeno o reconhecimento do papel da mulher nas áreas de Ciência e de Tecnologia (MELO; CASEMIRO, 2003).

Comprovando o peso do campo da biomedicina para a ciência nacional, é observado que a maioria dos acadêmicos e acadêmicas da ABC está concentrada nessa área. Dentre a parcela feminina da Academia, a superioridade nas ciências biomédicas é mais elevada. As acadêmicas dessa área correspondiam, àquela época, a 35,7% do total de membros, o que confirma a feminilização crescente dessa área, o mesmo ocorrendo com as ciências químicas e biológicas. Já nas seções de Ciências de Saúde, Ciências Agrárias e Ciências da Engenharia, a participação feminina era nula em 2003, sendo que, com exceção do campo da saúde, as três últimas são áreas tradicionalmente masculinas até o presente, possuindo ainda obstáculos simbólicos e psicológicos para a entrada das mulheres.

Apesar dessa situação, representando alteração mais recente no quadro da ABC, a partir de 2001 a seção de Ciências Humanas abriu as portas para a entrada de um maior número de mulheres na Academia. Na seção de Ciências Humanas a participação das mulheres é mais proporcional, visto que elas representam um terço do total. Melo e Casemiro (2003) atribuem essa maior presença ao fato de que o estudo das humanidades ainda ser visto pela sociedade como um dos atributos próximos dos aspectos considerados femininos: a docilidade, a comunicabilidade e a interação com o outro.

O avanço feminino na educação também se refletiu no quadro geral de membros da ABC, mas a participação feminina ainda permanece mínima. Por exemplo: em todo o século XX foram 1009 homens e só 66 mulheres na história da Academia Brasileira de Ciências. Ainda na década de 1990 a taxa de crescimento da participação feminina foi de 106%, mesmo assim, a ABC ainda pode ser considerada um espaço masculino, pois, somente 6,5% dos acadêmicos eram mulheres em 2003 e havia áreas em que não existia nenhuma acadêmica (MELO; CASEMIRO, 2003).

No presente, a distribuição de mulheres nas distintas áreas científicas da ABC, a partir da área que tem menor percentual de mulheres para a que tem maior, é trazida abaixo, ressaltando que as áreas de Ciências da Terra e Agrárias foram aqui agregadas, assim como as áreas de Ciências da Saúde e Biomédicas:

Tabela 1: percentual de mulheres e de homens por área de conhecimento na ABC

Área	Feminino	Masculino	% F	% M	Total
Matemática	5	105	5,5%	95,5%	110
Física	9	135	6,25%	93,75%	144
Engenharias	4	56	6,67%	93,33%	60
Agrárias e da Terra	12	104	10,34%	89,66%	116
Química	19	88	17,76%	82,24%	107
Saúde e Biomédicas	41	183	18,3%	81,7%	224
Ciências Sociais	6	24	20%	80%	30
Biológicas	25	98	20,32%	79,67%	123
Geral ABC	121	793	13,24%	86,76%	914

Fonte: Academia Brasileira de Ciências, 2015.

No que tange à história da mulher na Academia, a primeira mulher a receber um título, dez anos depois da criação da instituição, foi Madame Curie em 1926. No mesmo ano foi homenageada outra cientista estrangeira, uma alemã, mas dessa vez uma que trabalhava no Brasil: a doutora Emilie Sneathlge. Naturalista e diretora do Museu do Pará, seus estudos sobre aves brasileiras prestaram grande contribuição para a história natural do país. Somente dez anos depois a Academia elegeu outra mulher, a norte-americana naturalizada brasileira Carlota Joaquina de Paiva Maury, paleontóloga. Todas as três, no entanto, foram eleitas para um posto intermediário, o de membro colaborador.

Diante disso, pode-se considerar que, genuinamente, a primeira brasileira a ser eleita membro da ABC foi a Professora Marília Chaves Peixoto, como Membro Associado, na seção de Ciências Matemáticas em 1951. Em seguida, na década de 1960, veio a professora da Universidade de São Paulo Martha Vannucci, uma zoóloga (MELO; CASEMIRO, 2003).

Outra importante questão trazida por Melo e Casemiro (2003) é a notável concentração de acadêmicos eleitos na região Sudeste do Brasil. Sendo uma instituição nacional, a ABC deveria abranger mais igualmente todo o território nacional; não é o

que se observa. A distribuição desigual de recursos no sistema universitário e o consequente desenvolvimento científico e tecnológico que o seguem revelam um quadro que confirma o padrão geral da distribuição do PIB nacional. Na região Sudeste trabalha 89% das acadêmicas eleitas. A grande maioria delas é docente em universidades públicas, tais como UFRJ (com 15 representantes) e USP (com 11 membros).

O trabalho de Melo e Casemiro (2003) ainda analisa a estrutura de poder vigente na ABC. Elas observaram que as mulheres têm uma taxa de participação ali muito reduzida quando comparada com sua participação nos postos de liderança dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Somente uma mulher participou da direção da Academia Brasileira de Ciências na sua história, a cientista Johanna Döbereiner. Engenheira agrônoma de origem alemã, a doutora Döbereiner foi umas das mais importantes cientistas do Brasil, indicada ao prêmio Nobel de Química em 1997 pelos seus estudos para o desenvolvimento da cultura da soja.

Interessante é constatar que, no imaginário coletivo se atribui, ainda que indiretamente, a falta de mulheres nas academias científicas à própria mulher, ou seja, à sua modéstia e/ou baixa autoestima profissional, processo que fica evidente quando Melo e Casemiro (2003, p. 121) citam o discurso do presidente da Academia Nacional de Medicina na posse da doutora Anadil Vieira Roseli: “Outras colegas existem com méritos para se tornarem acadêmicas. O que lhes falta é o desejo de se apresentarem. Que o façam”.

O problema desses argumentos é que quando se assume que a questão se restringe ao desejo das mulheres, não se considera fatores culturais e micropolíticos que continuam criando barreiras invisíveis para a participação das mulheres e que, para destruir essas barreiras, é necessária determinação político-educacionais e mudanças na mentalidade social. A ascensão das mulheres nas ciências médicas é ilustrativa da atuação da Teoria do Reconhecimento, pois, não obstante ainda existam menos mulheres desenvolvendo pesquisas nesse campo e, sobretudo, exercendo poder em tal campo se comparadas aos homens elas já são praticamente 50% das alunas de graduação no país (LOMBARDI, 2016).

De fato, em termos numéricos e de conquista de legitimidade, a Teoria do Reconhecimento explica, em parte, o que se sucedeu nesta área em relação à diminuição do estigma que cerceia a mulher nas ciências naturais:

Assim que a tradição hierárquica de valoração social, progressivamente, vai sendo dissolvida, as formas individuais de

desempenho começam a ser reconhecidas. Honneth parte do princípio de que uma pessoa desenvolve a capacidade de sentir-se valorizada somente quando suas capacidades individuais não são mais avaliadas de forma coletivista (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008, p. 13).

Em relação ao Prêmio Nobel, a distribuição por sexo ao longo do tempo foi a seguinte até os dias de hoje, desconsiderando-se os prêmios relativos à paz e à literatura, já que não se configuram como campos científicos:

Tabela 2: percentual de homens e de mulheres vencedores do Nobel por área de conhecimento

Área	Feminino	Masculino	% F	% M	Total
Física	2	199	0,99%	99,01%	201
Química	2	170	1,16%	98,84%	172
Medicina e Fisiologia	12	198	5,71%	94,29%	210
Economia	1	75	1,31%	98,69%	76

Fonte: Prêmio Nobel, 2015.

Somando-se todos os prêmios Nobel até hoje concedidos, incluindo-se os quesitos Nobel da Paz e Nobel de Literatura, os números são ainda mais fortemente desfavoráveis ao sexo feminino, pois dentre um total de 851 prêmios apenas 44 foram entregues a mulheres, o que perfaz um exíguo total de 5,17% (CHARYTON et al, 2011). Um fato interessante é que Marie Curie foi a única pessoa até hoje a receber prêmios em duas categorias diferente, no caso em Física e em Química, porém, isso é pouco divulgado nas escolas e nas faculdades, indicando o descaso inconsciente da sociedade para as conquistas femininas.

Considerações finais

É indubitável que a sociedade se modificou e milhares de mulheres começaram a ocupar espaços antes monopólios masculinos, como é o caso dos esportes, da política, das forças armadas, da ciência. No entanto, se hoje já são vistos muitos casos positivos, proporcionalmente à fatia que representam da população, a inserção das mulheres nesses campos ainda é injusta. Além disso, muitas das que enveredam pelo campo científico, para não atrair o assédio sexual ou para enfrentar o preconceito, abrem mão de sua feminilidade, transformando-se em um ‘pastiche’ de homem, adotando o que a sociedade estipula como condutas masculinas (CHASSOT, 2003).

Ademais, ainda persiste na sociedade, desde o ensino fundamental até o universitário, passando pela mídia, diversos estereótipos concernentes ao que é um ‘legítimo’ cientista – homem, branco, com cabelo desgrenhado, impaciente e com óculos de lentes grossas – ao mesmo tempo em que não são difundidos exemplos positivos de mulheres que tenham se destacado nas ciências. O estereótipo do sexo feminino como um ser frágil contribui para cercear as discentes ao campo das humanidades, das artes e, na melhor das hipóteses, nas ciências naturais, à área da saúde – Enfermagem, Odontologia, Fisioterapia etc. – visto que é recorrente a ausência de mulheres cientistas dentro da Medicina (haja vista que seus cursos de graduação apresentam quase paridade entre homens e mulheres), por exemplo.

Sendo assim, apesar da crescente escolarização das mulheres nas últimas décadas e do aumento da participação delas no mercado de trabalho, preconceitos e discriminações – hoje mais simbólicos e culturais que jurídicos ou burocráticos – advindos da secular cultura patriarcal, ainda desestimulam as mulheres a se inserir nos diferentes campos científicos e, uma vez dentro deles, as impedem de ascender na carreira tanto quanto os homens. Ao lado da dupla (ou tripla) jornada de trabalho, dos menores rendimentos por igual função e da sub-representatividade no sistema político, entre outros fatores, a inexpressiva participação das mulheres nas ciências naturais é outro indício de que estereótipos de gênero até o presente atuam fortemente na sociedade.

Mesmo sendo inegável a grande participação das mulheres nas Ciências Humanas, Sociais e da Saúde é importante o esforço de identificar quem são as mulheres dos sistemas científicos e tecnológicos: além dos números, é importante conhecer suas trajetórias acadêmicas e biografias pessoais. Os valores que apregoam uma ‘natureza feminina’ ligada a características como docilidade e submissão fortalecem barreiras invisíveis que boicotam as formas de viver das mulheres. Elas recebem salários mais baixos, atuam mais comumente em setores de serviços e, na indústria, são mais encontradas nos ramos de manufatura, por exemplo (LETA, 2003).

Com efeito, o esforço na direção de analisar o fenômeno da baixa participação das mulheres nas áreas científicas e tecnológicas é um primeiro passo para incentivar mais mulheres a adotarem uma carreira científica em campos tradicionalmente ocupados por homens. É com essa intenção que é relevante o estudo da (ainda pequena) participação feminina nas Academias de Medicina e de Ciências. Sendo assim, as mulheres, enquanto grupo, só galgarão melhores e mais postos significativos nas

ciências naturais, principalmente nas ciências exatas e da terra, quando a situação abaixo for mais consolidada e o sexo feminino for visto não como inferior ou igual, mas como equivalente ao masculino:

A solidariedade na sociedade moderna está vinculada à condição de relações sociais simétricas de estima entre indivíduos autônomos e à possibilidade de os indivíduos desenvolverem a sua auto-realização [...]. Para que os atores sociais possam desenvolver um auto-relacionamento positivo e saudável, eles precisam ter a chance simétrica de desenvolver a sua concepção de boa vida sem sofrerem os sintomas das patologias oriundas das experiências de desrespeito (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008, p. 14).

Sobre os números das academias científicas aqui trazidos cabe destacar que eles estão bem aquém da participação das mulheres na população brasileira e na população universitária em particular, o que corrobora a ilação de que, tal como alguns esportes ou a alta política, a ciência ainda é marcadamente um espaço masculino. Outro fato que chama atenção é que, de início, quase todas as pouquíssimas mulheres que foram admitidas nestas instituições eram estrangeiras, nenhuma delas negras e, pela leitura de suas biografias, se verifica que pertenciam às classes alta ou média alta. Isso mostra que, em seus primórdios, além de falocêntrica, a ciência produzida no Brasil era ainda mais elitista e racista.

Relativamente ao Prêmio Nobel, a exígua porcentagem de mulheres agraciadas com esse laurel se coaduna com os poucos índices de representação feminina nas academias científicas brasileiras, embora esses índices estejam aumentando lentamente, tanto nacional quanto internacionalmente, o que demonstra a exigência de políticas públicas em educação voltadas à equiparação entre os sexos, assim como vem sendo feito no Brasil, por exemplo, concernente à questão racial com os programas denominados Ações Afirmativas para a inclusão de mais negros, indígenas e seus descendentes no ensino superior e nas ciências.

Em suma, urge maior discussão sobre esse assunto nas universidades, que sejam trazidos à baila as histórias de vida destas mulheres desde o Ensino Médio e que a ciência se torne efetivamente mais democrática. Tal pleito se justifica pela inconsistência da participação numérica de mulheres nos cursos de graduação do Brasil em instituições públicas e, especialmente, privadas, e pelo o percentual delas nos quadros científicos, principalmente das chamadas ciências naturais – exatas e da terra, cuja inexpressiva representatividade feminina aqui exposta em tais academias ou no

Nobel é o corolário do alijamento – indireto e não formal – do feminino, ainda hoje, do campo científico.

Referências

- ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. Disponível em: <http://www.abc.org.br/rubrique.php?id_rubrique=1&recalcul=oui> Acesso em: 03/11/2015.
- ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA. Disponível em: <<http://www.anm.org.br/>> Acesso em: 02/02/2016.
- CHARYTON, C.; ELLIOTT, J. O.; RAHMAN, M. A. ; WOODARD, J. L.; DeDIOS, S. **Gender and science: women Nobel laureates.** *Journal of Creative Behavior*, 45, p. 203-214, 2011.
- CHASSOT, A. **A ciência é masculina?** Porto Alegre: Editora Unisinos, 2003.
- GOULART, Í. B.; BREGUNCI, M. G. C. (1990). **Interacionismo Simbólico: uma perspectiva psicossociológica.** *Revista em Aberto*, ano 9, 48, p. 51-60, 1990.
- INEP. **Trajatória da Mulher na Educação Superior Brasileira - período de 1991 a 2004.** Brasília: MEC, Governo Federal do Brasil, 2007.
- LETA, J. **As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso.** *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142003000300016&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 10/11/2004.
- LOMBARDI, Maria Rosa. **Por que tão poucas?** Um estado da arte dos estudos em engenharia e gênero. São Paulo: FCC, 2016.
- MELO, H. P.; CASEMIRO, M. C. P. **A ciência no feminino: uma análise da Academia Nacional de Medicina e da Academia brasileira de Ciência.** *Revista Rio de Janeiro*, 11, 117-133, 2003.
- MELO, H. P.; OLIVEIRA, A. B. **A produção científica brasileira no feminino.** *Cadernos Pagu*, 27, p. 301-331, 2006.
- PAULINO NETTO, A.; PORTO, J.; SANTOS, O. R. **História da Academia Nacional de Medicina.** *Acta Medica Misericordiae*, 7(1), p. 7-10, 2004.
- PRÊMIO NOBEL. Disponível em < <http://www.nobelprize.org/>> Acesso em: 11/02/2016.
- SAAVEDRA, G. A.; SOBOTTKA, E. A. **Introdução à Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth.** *Civitas*, v. 8, 1, p. 9-18, 2008.

TEIXEIRA, A. B. M. **Distinção de Gênero e seus Reflexos na Rotina Escolar de Docentes e Discentes.** In: TEIXEIRA, A. B. M. (org.). Temas Atuais em Didática. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEIXEIRA, Adla B. M.; ABREU, Luana B.; FREITAS, Marcel de A. **Estudos de Caso Mulheres na Educação Superior Brasileira: estudo de caso sobre trajetórias acadêmicas profissionais em cursos de Física.** Relatório Parcial de Pesquisa. Belo Horizonte: GSS/FAE/UFMG. Agência Financiadora: CNPq, 2012.

Enviado em: Mai. 2017.

Aceito em: Dez. 2017.

Como referenciar este artigo:

FREITAS, Marcel de Almeida; TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins Teixeira. A irrisória representação feminina no Prêmio Nobel e nas Academias Científica Brasileiras. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 4, n. 9, p. 144-158, set/dez, 2017. Disponível em:
<<http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/issue/archive>>. e-ISSN: 2359-2087.